LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 013/2026	
PROCESSO	**Nº 103/2026**
OBJETO	Contratação de empresa especializada para execução de obra d pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces r estrada rural de acesso à localidade Serra Maria Horácia, Município d Mutum/MG, no âmbito do Convênio de Saída nº 1231002840/2026 - SEAPA, compreendendo regularização do subleito, base granula drenagem pluvial, pavimentação, meios-fios, sinalização e serviço complementares, conforme projeto de engenharia, memorial descritiv planilhas, memórias de cálculo e cronograma físico-financeiro
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇO GLOBAL**
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R$ 1.053.211,30 (um milhão, cinquenta e três mil, duzentos e onze reais e trinta centavos).
MODO DE DISPUTA	**Aberto**
REGIME DE EXECUÇÃO	**Empreitada por Preço Unitário**
ENVIO DAS PROPOSTAS A PARTIR DE	**Data: 12/11/2026** **As propostas serão enviadas por meio eletrônico através do site d Plataforma de Licitações Licitar Digital, do Portal Eletrônic https://licitar.digital.com.br , mediante adesão à Plataforma.**
ABERTURA DA SESSÃO	**Data: 30/11/2026** **Hora: 09h00 min. – Horário de BrasíliaLocal:** **https://licitar.digital.com.br**
TELEFONE	**(33) 9 3618-2284**
ENDEREÇO	**Praça Benedito Valadares nº 178, 1º andar - Centro – Mutum – M – CEP 36.955-000**
FORMA DE FORNECIMENTO	**CONTRATO**
CNPJ	**18.348.086/0001-03**
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	**Yngrid Coelho Cabalini**
E-MAIL	**licitacao@mutum.mg.gov.br**

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM-MG

CONCORRÊNCIA Nº 013/2026

Processo Administrativo nº 103/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Mutum-MG, sediada na Praça Benedito Valadares nº 178, Centro, Mutum/MG, CEP 36.955-000, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 6.334/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 6.468/2025, quando aplicável, e das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces na estrada rural de acesso à localidade Serra Maria Horácia, Município de Mutum/MG, no âmbito do Convênio de Saída nº 1231002840/2026 — SEAPA, compreendendo regularização do subleito, base granular, drenagem pluvial, pavimentação, meios-fios, sinalização e serviços complementares, conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, planilhas, memórias de cálculo e cronograma físico-financeiro.

1.2. A licitação será realizada em item único, correspondente à execução integral da obra, com julgamento pelo menor preço global e regime de execução por empreitada por preço unitário. A proposta deverá contemplar todos os serviços, materiais, equipamentos e encargos previstos nos documentos técnicos, com discriminação dos preços unitários e do valor global. As medições e os pagamentos serão efetuados pelas quantidades efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização, multiplicadas pelos preços unitários contratados, observado o valor contratual atualizado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras https://licitar.digital.com.br.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no sistema eletrônico até a data prevista para o recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação ou afastamento do certame quando a incorreção cadastral comprometer a comprovação de requisito de habilitação ou de condição de participação, assegurada a análise da sanabilidade na forma deste Edital.

2.6. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 6.468/2025, observados os limites legais aplicáveis às contratações de obras e serviços de engenharia.

2.7. Poderão participar desta licitação empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas neste Edital.

2.7.1. O consórcio deverá ser constituído mediante compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelas empresas consorciadas, contendo a indicação da empresa líder, a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio e pelas obrigações assumidas perante a Administração, bem como as demais informações exigidas pela legislação aplicável.

2.7.2. Será admitido, para fins de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma da legislação aplicável.

2.7.3. Para fins de qualificação econômico-financeira, será aplicado o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para o licitante individual, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, não se aplicando o referido acréscimo aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do § 2º do mesmo artigo.

2.7.4. O consórcio vencedor deverá promover sua constituição e registro antes da celebração do contrato, quando exigível pela legislação.

2.7.5. Não será admitida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do art. 15, IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.7.6. A responsabilidade solidária das empresas integrantes do consórcio abrangerá todas as obrigações decorrentes da licitação e da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos;

2.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviço ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviço ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que apresentem propostas individuais concorrendo entre si;

2.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.11. O impedimento decorrente de sanção vigente será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa responsáveis por sua elaboração, nas hipóteses previstas neste Edital poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8.14. As vedações relativas aos autores e responsáveis pelos projetos não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8.15. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade contratante estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço global, conforme o critério de julgamento por menor preço adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. A presente licitação observará a sequência ordinária das fases prevista no art. 17 da Lei nº 14.133/2021, com julgamento das propostas antes da habilitação. Os documentos de habilitação serão exigidos do licitante provisoriamente vencedor, na forma deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos; declara que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega definitiva; e declara cumprir os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.6. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.8. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

3.10. A empresa deverá declarar, ainda, que observa o limite estabelecido no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, relativamente aos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário da realização da licitação, quando aplicável.

3.11. A falsidade de qualquer declaração prestada pelo licitante no cadastramento da proposta ou durante o certame sujeitará o responsável às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública, observadas as funcionalidades da plataforma.

3.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observadas as seguintes regras:

3.16. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.17. Os lances serão de envio automático pelo sistema, quando disponibilizada essa funcionalidade, respeitado o valor final mínimo eventualmente parametrizado e o intervalo mínimo estabelecido neste Edital.

3.18. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.19. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.20. Quando adotado o critério de menor preço, será vedado ao licitante elevar o valor de lance já registrado por ele no sistema.

3.21. O valor final mínimo parametrizado na forma prevista para o cadastramento da proposta possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.22. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.23. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2. Preço global da obra, correspondente ao somatório dos quantitativos da planilha orçamentária multiplicados pelos respectivos preços unitários ofertados.

4.3. Planilha orçamentária com quantitativos, preços unitários e valor global, ajustada ao valor final da proposta, cujos preços unitários servirão de base para as medições e pagamentos no regime de empreitada por preço unitário.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. A proposta deverá contemplar a integralidade do objeto licitado, conforme detalhamento dos projetos, memoriais e planilhas que integram este Edital.

4.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de falha, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.8. Os tributos deverão ser cotados conforme a legislação fiscal vigente aplicável ao objeto e ao regime tributário do licitante.

4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar da licitação e adotar o regime tributário que lhes seja legalmente aplicável. A tributação das receitas decorrentes da execução do objeto deverá observar a Lei Complementar nº 123/2006, inclusive o enquadramento no Anexo IV para atividades de construção de imóveis e obras de engenharia, quando aplicável, sem prejuízo das retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente.

4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Projeto Básico/Projeto de Engenharia e o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de sua apresentação. Decorrido o prazo de validade indicado no Edital sem convocação para contratação, aplicam-se os efeitos previstos no art. 90, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.13. Os preços propostos deverão respeitar os limites e critérios de aceitabilidade definidos no orçamento de referência, na planilha orçamentária e neste Edital, considerados o preço global e os preços unitários relevantes, nos termos do art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global da proposta.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R$ 1,00 (um real), observado o funcionamento da plataforma eletrônica.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance incompatível ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. A disputa será **no modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.12. A etapa de envio de lances no modo de disputa aberto terá duração inicial de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema por 2 (dois) minutos sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da etapa, inclusive nos períodos de prorrogação.

5.12.1. A prorrogação automática de 2 (dois) minutos ocorrerá sucessivamente sempre que forem enviados lances nesse período, inclusive lances intermediários.
5.12.2. Não havendo novos lances na forma do item anterior, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores.
5.12.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação ou a Comissão, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para definição das demais colocações, nos termos do art. 20, §§3º a 5º, do Decreto Municipal nº 6.334/2023.

5.13. Após o encerramento do período de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, encerrada a etapa de lances, será verificado o porte empresarial para aplicação dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 6.468/2025.

5.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.24. Havendo empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a aplicação prioritária do tratamento favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006.

5.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.26. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.27. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.28. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.29. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.30. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.31. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
5.32. Empresas brasileiras;

5.33. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
5.34. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.35. Definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, inclusive quanto ao preço, observados os limites estabelecidos no orçamento estimado e neste Edital.

5.36. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, nos termos do art. 61, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.37. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.38. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.39. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa aceita pela Administração, envie ao sistema a planilha orçamentária ajustada ao valor final da proposta, com preços unitários, BDI e Encargos Sociais, e o cronograma físico-financeiro. A ausência injustificada da documentação exigida ou a desconformidade insanável poderá ensejar a desclassificação, assegurada, quando cabível, diligência para correção de falha formal ou sanável que não altere a substância da proposta, nos termos dos arts. 59 e 64 da Lei nº 14.133/2021.

5.40. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.41. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

5.42. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 2 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

5.43. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

5.44. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.45. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.46. Caso seja identificada ocorrência impeditiva indireta ou vínculo que possa indicar tentativa de burla a sanção vigente, o Agente de Contratação/Comissão realizará diligência para verificar os fatos antes de qualquer decisão de inabilitação.

5.47. A tentativa de burla será aferida a partir de elementos objetivos, como vínculos societários, controle, coligação, sucessão, identidade substancial de atuação ou outros indícios documentalmente demonstrados.

5.48. O licitante será previamente convocado a se manifestar sobre os elementos apurados antes de eventual inabilitação, assegurados o contraditório e a decisão motivada.

5.49. Constatada sanção vigente, a Administração verificará sua espécie, autoridade sancionadora, prazo de vigência e alcance jurídico. O licitante somente será afastado do certame quando a sanção efetivamente impedir sua participação ou contratação perante o Município de Mutum/MG ou, conforme o caso, perante todos os entes federativos, mediante decisão motivada e observados o contraditório e a ampla defesa quando necessários.

5.50. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de tratamento favorecido às ME/EPP, o Agente de Contratação/Comissão verificará se estão atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 123/2006, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 6.468/2025.

5.51. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, ao preço global e aos preços unitários relevantes, em confronto com os limites estabelecidos neste Edital, no Projeto Básico e na planilha orçamentária.

5.52. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.53. Contiver vícios insanáveis;

5.54. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Projeto de Engenharia e nos demais documentos técnicos vinculantes;

5.55. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.56. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.57. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.58. Na contratação desta obra de engenharia, a análise de exequibilidade e de sobrepreço observará o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

5.59. Para efeito de avaliação de sobrepreço, serão considerados o valor global estimado e os preços unitários relevantes definidos no orçamento de referência, observados os critérios de aceitabilidade fixados neste Edital.

5.60. Nas obras e serviços de engenharia, o parâmetro de 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração será utilizado para a verificação da exequibilidade. Antes de eventual desclassificação de proposta com valor global inferior a esse parâmetro, será assegurada ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da oferta, mediante diligência motivada, nos termos do art. 59, §§ 2º e 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.61. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

5.62. A demonstração de exequibilidade poderá ser instruída com composições de custos, cotações, contratos, notas fiscais, produtividade, disponibilidade de insumos ou outros elementos idôneos pertinentes à formação do preço, sem alteração do valor global ofertado nem da substância da proposta.

5.63. Caso o custo global estimado da obra esteja decomposto em custos unitários por meio de planilha orçamentária elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta, sem alteração da substância da oferta.

5.64. O licitante vencedor será convocado a apresentar, por meio eletrônico, planilha com os quantitativos definidos pela Administração, preços unitários, BDI, Encargos Sociais e cronograma físico-financeiro compatíveis com o valor global final da proposta. No regime de empreitada por preço unitário, os preços unitários contratados constituirão a base das medições e dos pagamentos das quantidades efetivamente executadas.

5.65. Falhas no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.66. O ajuste de que trata este dispositivo limita-se ao saneamento de falhas de preenchimento ou de forma que não alterem a substância das propostas;

5.67. Considera-se falha no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.68. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, nos termos do art. 70, I, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.7. Considerando que, na presente contratação, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, o licitante deverá atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização da obra, assegurado o direito de realizar vistoria prévia. Caso opte por não realizar a vistoria, poderá substituir o atestado por declaração formal, assinada por seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.8. O licitante que optar pela vistoria prévia terá data e horário exclusivos disponibilizados pela Administração, mediante agendamento pelo e-mail projetos@mutum.mg.gov.br ou pelo telefone (33) 3312-1503, de modo que seu agendamento não coincida com o de outros interessados.

6.9. A habilitação será verificada por meio do sistema eletrônico, nos documentos por ele abrangidos.

6.10. Somente haverá necessidade de apresentação de documento original não digital quando houver dúvida quanto à integridade, autenticidade ou validade jurídica do documento eletrônico, ou quando a legislação expressamente o exigir.

6.11. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos dados cadastrais utilizados no sistema eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis, promovendo imediatamente a correção de informações incorretas ou desatualizadas.

6.12. A inobservância do dever de atualização cadastral poderá produzir os efeitos previstos neste Edital quando comprometer a verificação de condição de participação ou de habilitação.

6.13. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no sistema serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita pela Administração, contado da solicitação do Agente de Contratação ou da Comissão.

6.15. A verificação no sistema ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal previstos neste Edital e no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

6.17. Como não se adota inversão de fases nesta licitação, a habilitação será analisada após o julgamento da proposta, observadas as regras dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

6.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nas hipóteses do art. 64 da Lei nº 14.133/2021:

6.19. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.20. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar falhas formais que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação.

6.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.24. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte será tratada na forma dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 6.468/2025.

6.25. A análise de habilitação deverá ser motivada e observar o regime de diligência do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sem criação posterior de condição inexistente no momento próprio.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.5. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

7.6. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.9. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

7.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://licitar.digital.com.br

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que praticar qualquer das condutas tipificadas na legislação e neste Edital, observado o devido processo legal:

8.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

8.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.4. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.5. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.6. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

8.7. Deixar de apresentar, no prazo concedido e sem justificativa aceita pela Administração, a planilha orçamentária ou o cronograma físico-financeiro ajustados ao valor final da proposta, quando regularmente convocado; ou

8.8. Recusar-se, sem justificativa, a praticar ato necessário à manutenção da proposta quando regularmente convocado, desde que a exigência não implique alteração de sua substância;

8.9. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.10. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.11. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.12. Fraudar a licitação

8.13. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.14. Induzir deliberadamente a falha no julgamento;

8.15. Manipular ou adulterar documento, planilha ou informação relevante com o propósito de influenciar o julgamento;

8.16. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.17. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.18. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.19. Multa;

8.20. Impedimento de licitar e contratar; e

8.21. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando presentes as hipóteses do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021, observadas a competência e a análise jurídica prévia previstas no §6º do mesmo artigo, sem prejuízo da reabilitação nos termos do art. 163.

8.22. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.23. A natureza e a gravidade da infração cometida.

8.24. As peculiaridades do caso concreto;

8.25. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.26. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.27. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.28. A multa será aplicada conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os percentuais definidos nos itens seguintes e o devido processo legal.

8.29. Para as infrações consistentes em deixar de entregar documentação exigida, não manter a proposta ou não celebrar o contrato quando regularmente convocado, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis.

8.30. Para as infrações consistentes em apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo, praticar fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis.

8.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os pressupostos e o procedimento dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.32. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.33. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada às infrações de deixar de entregar documentação exigida, não manter a proposta ou não celebrar o contrato quando regularmente convocado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e produzirá os efeitos previstos no art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.34. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada às infrações de declaração ou documentação falsa, fraude à licitação, comportamento inidôneo, fraude de qualquer natureza, prática de atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da licitação ou ato lesivo da Lei nº 12.846/2013, bem como às demais infrações que justifiquem penalidade mais grave, observado o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.35. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, nos termos do art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.36. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar exigirá processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis. Se o quadro funcional do órgão ou entidade não for formado por servidores estatutários, a comissão será composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021. O licitante ou contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.37. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.38. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.39. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.40. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. Conforme estabelece o art. 156, §9º da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo portal eletrônico da realização da concorrência, https://licitar.digital.com.br

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou ao pedido de esclarecimento constitui medida excepcional e dependerá de decisão motivada do Agente de Contratação/Comissão, sem prejuízo da observância dos prazos legais do certame.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

10.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

10.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

10.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.9. Os documentos que integram este Edital deverão ser interpretados de forma sistemática e coerente entre si. Eventuais divergências materiais identificadas antes da publicação do instrumento convocatório deverão ser previamente corrigidas pela Administração, assegurando-se a uniformidade das informações relativas ao objeto, quantitativos, especificações técnicas, critérios de medição, condições de execução e demais elementos necessários à adequada formulação das propostas. Para os fins de reajustamento anual dos preços das parcelas ainda não executadas, adota-se o INCC-DI/FGV, observado o interregno mínimo de um ano e a data-base do orçamento estimado aprovado, na forma da cláusula sétima da minuta contratual.

10.10. A publicidade deste Edital observará o disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/2021, mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sem prejuízo da divulgação no sítio eletrônico oficial do Município e na plataforma eletrônica utilizada para a realização da licitação, observadas as demais formas de publicidade exigidas pela legislação aplicável.

10.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.12. ANEXO I – Termo de Referência (requisitos administrativos e de gestão da contratação).

10.13. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

10.14. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

10.15. ANEXO III – Projeto de Engenharia/Projeto Básico consolidado e respectivos desenhos.
10.16. ANEXO IV – Memorial Descritivo e memória de cálculo consolidados.
10.17. ANEXO V – Planilha orçamentária, composições, BDI e referências de custos consolidadas.
10.18. ANEXO VI – Cronograma físico-financeiro.
10.19. ANEXO VII – Análise e Matriz de Riscos.

Mutum-MG, 10 de novembro de 2026.

_____

Rodrigo Monteiro de Oliveira
Secretaria Municipal de Obras

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRA DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces na estrada rural de acesso à localidade Serra Maria Horácia, Município de Mutum/MG, no âmbito do Convênio de Saída nº 1231002840/2026 — SEAPA, compreendendo regularização do subleito, base granular, drenagem pluvial, pavimentação, meios-fios, sinalização e serviços complementares, conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, planilhas, memórias de cálculo e cronograma físico-financeiro.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como obra de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e dos documentos técnicos do empreendimento.

1.3. A execução indireta da obra adotará o regime de empreitada por preço unitário, nos termos dos arts. 6º, XXVIII, e 46, I, da Lei nº 14.133/2021, com julgamento pelo menor preço global. As medições observarão as quantidades efetivamente executadas de cada item da planilha, remuneradas pelos preços unitários contratados.

1.4. Este Termo de Referência complementa os requisitos administrativos e de gestão da contratação. Para a definição técnica da obra, prevalecem o Projeto Básico/Projeto de Engenharia, o memorial, a memória de cálculo, a planilha e os demais documentos técnicos formalmente aprovados, sem substituição das peças de engenharia exigíveis pela Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, em consonância com o art. 6º, XXIII, alínea "b", e com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, conforme o art. 6º, XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Na execução da intervenção viária deverão ser observadas as normas ambientais e de sustentabilidade pertinentes à estrada rural de acesso à Serra Maria Horácia, especialmente no controle de resíduos, movimentação de materiais, drenagem, escoamento superficial e preservação das áreas adjacentes.

4.2. A Contratada deverá promover o uso racional de materiais, água, energia e combustíveis, evitando desperdícios e perdas durante mobilização, execução e desmobilização.

4.3. Os resíduos da construção civil deverão ser segregados, acondicionados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, observadas as normas aplicáveis e os registros exigíveis para sua rastreabilidade.

4.4. Durante a regularização do terreno, a execução de drenagem e a pavimentação deverão ser adotadas medidas de controle de poeira, ruído, sedimentos, resíduos de construção e escoamento superficial, de acordo com o projeto de engenharia e as condições locais.

4.5. Os materiais incorporados à obra deverão atender às especificações do Projeto Básico, aos requisitos de desempenho e às normas técnicas aplicáveis, admitindo-se soluções ambientalmente mais eficientes quando compatíveis com o projeto, a segurança, a durabilidade e o preço contratado.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, de qualquer parcela do objeto contratado.

4.6.1. A vedação à subcontratação, prevista neste instrumento, tem por finalidade preservar a responsabilidade direta da contratada pela integração e coordenação dos serviços viários, especialmente na preparação da base, drenagem e pavimentação, assegurando continuidade executiva e fiscalização uniforme. A restrição deverá ser aplicada de modo coerente com a justificativa de modelagem constante dos autos e sem afastar hipóteses legais imperativas.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida garantia da contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas contratuais. A forma e o momento de apresentação observarão a modalidade de garantia escolhida, inclusive a regra específica do seguro-garantia quanto à apresentação anterior à assinatura do contrato.

4.8. O percentual da garantia de execução será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da garantia adicional prevista no art. 59, §5º, da mesma Lei, quando incidente.

4.9. Se a adjudicatária optar pelo seguro-garantia, o Edital assegurará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data da homologação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.10. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.12. Quando a avaliação prévia do local for considerada imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da obra, será assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia, acompanhado por servidor designado, em data e horário previamente agendados, nos termos do art. 63, §§2º a 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.13. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.1. O agendamento da vistoria prévia será realizado pelo e-mail projetos@mutum.mg.gov.br ou pelo telefone (33) 3312-1503, em dias úteis, no horário indicado pela Administração.

4.15. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo previsto de execução da obra é de 3 (três) meses, conforme cronograma físico-financeiro específico de 29 de junho de 2026, contados do recebimento da Ordem de Serviço, observadas as condições de mobilização, acesso à via e as hipóteses legais de alteração do cronograma.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A obra será executada na estrada rural de acesso à localidade de Serra Maria Horácia, Município de Mutum/MG, no trecho delimitado nos projetos de engenharia, memorial descritivo e documentos técnicos da contratação.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estabelecidas no Projeto Básico, nos memoriais e nas especificações técnicas aplicáveis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta. art. 67, VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O trecho projetado possui extensão de 680 m e área de 4.080 m² de pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces. A planilha de custos contempla, entre outros serviços, regularização do subleito de 5.440 m², base granular de 1.088 m³, sarjetas de 1.360 m, meio-fio de 1.690 m, caixas coletoras, bueiros tubulares, dissipadores e sinalização. Na formulação de propostas e nas medições prevalecerão as descrições, unidades e quantitativos individualizados da planilha de referência da obra.

5.5. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá considerar integralmente o Projeto Básico, os memoriais, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, as condições locais de execução e as demais informações técnicas disponibilizadas pela Administração.

Antes do início da execução da obra, a Administração deverá assegurar a existência e aprovação do projeto executivo exigível, nos termos do art. 46, §1º, da Lei nº 14.133/2021, salvo hipótese legal de dispensa formalmente demonstrada nos autos.

5.6. A proposta deverá contemplar todos os materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, desmobilização, encargos, tributos, administração local, BDI e demais custos necessários à execução integral da obra.

5.7. No regime de empreitada por preço unitário, os preços unitários ofertados deverão corresponder aos serviços descritos na planilha orçamentária e serão utilizados para remunerar as quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela fiscalização.

5.8. O valor global da proposta corresponderá ao somatório dos quantitativos estimados pela Administração multiplicados pelos preços unitários ofertados, constituindo o parâmetro de julgamento pelo menor preço global.

Garantia da obra e responsabilidade pós-recebimento

5.9. O recebimento definitivo não eximirá a Contratada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e segurança dos materiais e serviços executados e pela funcionalidade da construção. Identificado vício, defeito ou incorreção, a Contratada ficará responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias, nos termos do art. 140, §6º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de prazo superior expressamente previsto no edital ou no contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. A finalização da obra compreenderá a conclusão física dos serviços, a retirada de materiais e instalações provisórias não incorporadas, a limpeza e desmobilização do canteiro, a entrega dos registros e documentos técnicos exigíveis, a conferência da medição final e a formalização dos recebimentos provisório e definitivo mediante termos detalhados, observados o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e as condições do Projeto Básico e do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.16. O fiscal administrativo do contrato terá a responsabilidade de verificar continuamente se a contratada mantém as condições de habilitação exigidas inicialmente para a contratação.

6.17. Essa verificação abrange aspectos como a regularidade fiscal, a situação jurídica e outros requisitos que garantem a capacidade da contratada de cumprir as obrigações contratuais.

6.18. O fiscal acompanhará o empenho, pagamento, garantias, glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, requisitando documentos comprobatórios, caso necessário.

6.19. Se houver descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para resolver o problema.

6.20. Caso o descumprimento ultrapasse a competência do fiscal, ele reportará ao gestor do contrato, fornecendo informações detalhadas sobre a situação, para que o gestor tome as providências necessárias.

6.21. Essa atuação visa garantir a execução adequada do contrato e evitar prejuízos à Administração.

6.22. Além das responsabilidades específicas acima, a fiscalização realizará inspeções periódicas, registrará as ocorrências relevantes e verificará a conformidade das medições, dos materiais empregados, do cronograma, da segurança do canteiro e das obrigações documentais da contratada.

6.23. A fiscalização manterá relatórios e registros de acompanhamento suficientes para subsidiar atestes, pagamentos, recebimentos, determinações de correção e, quando cabível, a adoção das medidas contratuais previstas para o tratamento de não conformidades.

Gestor do Contrato

6.24. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.25. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.26. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.27. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.28. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.29. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.30. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição da obra será realizada por preços unitários, mediante levantamento das quantidades efetivamente executadas de cada serviço da planilha orçamentária, conferidas e atestadas pela fiscalização. O valor devido em cada medição corresponderá às quantidades aprovadas multiplicadas pelos respectivos preços unitários contratados.

7.1.1. Cada medição deverá ser acompanhada de planilha de medição, memória de cálculo, registros do Diário de Obra e demais documentos técnicos necessários à comprovação dos serviços executados no período.

7.1.1.1. Somente serão medidos e pagos serviços efetivamente executados, tecnicamente conformes e previstos na planilha contratual ou formalmente incorporados ao contrato por instrumento juridicamente cabível.

7.1.1.2. Serviços executados em desacordo com o Projeto Básico, memoriais, especificações, normas técnicas ou determinações da fiscalização não serão atestados até sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.1.1.3. A fiscalização poderá promover glosa proporcional de quantidades não comprovadas, serviços não executados ou parcelas executadas em desconformidade, assegurada a correspondente motivação técnica.

7.2. A aprovação de medições intermediárias não implica recebimento definitivo das parcelas executadas nem afasta a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou incorreções posteriormente identificados.

7.3. A aferição para pagamento observará a correspondência entre o serviço executado, a unidade de medida da planilha, a quantidade comprovada, o preço unitário contratado e o cronograma físico-financeiro.

7.4. A qualidade e a conformidade dos serviços serão verificadas de acordo com as especificações técnicas, projetos, memoriais, normas aplicáveis e ensaios previstos para o empreendimento.

7.5. O cronograma físico-financeiro servirá ao acompanhamento do avanço da obra e à programação das medições, sem substituir a aferição das quantidades unitárias efetivamente executadas.

Medição, recebimento provisório e recebimento definitivo

7.6. 7.6. As medições ordinárias serão mensais, compreendendo os serviços efetivamente executados e comprovados no respectivo período de referência, em correspondência com os marcos do cronograma físico-financeiro aprovado. Ao término de cada período mensal, a Contratada apresentará planilha discriminada por item e unidade de medida, memória de cálculo, Diário de Obra, registros fotográficos e resultados dos ensaios de controle tecnológico exigíveis. A fiscalização conferirá quantidades, localização, conformidade e preços unitários contratados, registrará glosas fundamentadas e atestará somente o executado de maneira regular. Medição final será elaborada após a conclusão das etapas, sem se confundir com o recebimento definitivo.

7.6.1. As medições intermediárias destinam-se à aferição quantitativa e ao pagamento das parcelas executadas e não se confundem com o recebimento provisório ou definitivo da obra.

7.6.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.7. Concluída integralmente a obra, a Contratada comunicará formalmente a Administração. O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, após a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021.

7.7.1. O prazo para o recebimento provisório será contado da comunicação formal de conclusão da obra acompanhada da documentação técnica exigível, desde que não existam pendências que impeçam a vistoria e a aferição do objeto.

7.7.2. O fiscal técnico realizará vistoria final, registrará os serviços executados, verificará sua conformidade com o Projeto Básico e emitirá o termo detalhado de recebimento provisório ou indicará as correções necessárias.

7.7.3. O gestor e a fiscalização administrativa verificarão, naquilo que lhes competir, o cumprimento das obrigações documentais e administrativas necessárias ao encerramento contratual, sem substituir a avaliação técnica da obra.

7.7.4. Quando houver mais de um fiscal designado, as verificações de suas áreas de competência serão consolidadas no processo para formação do recebimento provisório.

7.7.5. A existência de medições anteriormente aprovadas não impede a fiscalização de exigir correção de vícios, defeitos ou incorreções identificados até o recebimento definitivo e durante o período de responsabilidade legal.

7.7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.10. A obra poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, o Projeto Básico ou as especificações técnicas, sem prejuízo da aplicação das medidas corretivas e sanções cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. A obra será recebida definitivamente no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, I, "b", da Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. Para o recebimento definitivo, o servidor ou a comissão designada analisará os relatórios da fiscalização, as medições, os ensaios, a documentação técnica e administrativa pertinente e as eventuais correções realizadas pela Contratada.

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado de Recebimento Definitivo da obra, com registro das verificações realizadas e da conformidade do objeto com as exigências contratuais;

7.9.4. Para cada medição aprovada, a Administração comunicará a Contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao valor exato apurado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de pendências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e objetiva da Contratada pela solidez, segurança e funcionalidade da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução, nos limites da lei e do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação, contado da apresentação regular da cobrança acompanhada da medição aprovada e dos documentos exigidos neste Edital, admitida prorrogação motivada quando necessária à conferência.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo falha na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração verificará, por meio de sítios eletrônicos oficiais e cadastros legalmente disponíveis, a manutenção das condições de habilitação exigidas, a existência de sanções impeditivas e outras ocorrências que possam obstar o pagamento ou a continuidade da contratação, observada a legislação aplicável.

7.18. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao CONTRATANTE.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contado da conclusão da liquidação da despesa, observadas a ordem cronológica e as demais regras aplicáveis ao pagamento de contratos de obras.

7.23. No caso de atraso imputável ao Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo para pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pro rata die.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O tratamento tributário aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte observará a Lei Complementar nº 123/2006 e a legislação tributária pertinente à execução de obras, sem prejuízo das retenções legalmente exigíveis e da comprovação do enquadramento quando necessária.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço, aferido pelo valor global da proposta, correspondente ao somatório dos quantitativos da planilha orçamentária multiplicados pelos preços unitários ofertados.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, nos termos dos arts. 6º, XXVIII, e 46, I, da Lei nº 14.133/2021.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. A aceitabilidade da proposta observará simultaneamente o valor global e os preços unitários relevantes da planilha orçamentária, nos termos do art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Os preços unitários servirão de base para a medição e o pagamento das quantidades efetivamente executadas.

8.3.1. O licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, planilha com quantitativos, preços unitários, BDI, Encargos Sociais e valor global compatíveis com sua proposta final, preservados os quantitativos de referência da Administração e observados os critérios de exequibilidade e aceitabilidade definidos neste Edital.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;**

8.7. **Sociedade empresária estrangeira: documento de autorização para funcionamento no Brasil e registros exigíveis perante o Registro Público de Empresas Mercantis, observadas as normas vigentes do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI e a legislação aplicável;**

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Ato de autorização para o exercício da atividade contratada, quando a legislação específica exigir, expedido pelo órgão competente.**

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, quando se tratar de pessoa física admitida no certame ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados pelas seguintes fórmulas: LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante; SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

A exigência busca aferir solvência mínima proporcional à execução de obra de pavimentação viária, com mobilização, aquisição de materiais e prazo de execução previsto de 3 (três) meses (90 dias), conforme cronograma físico-financeiro de 29 de junho de 2026. O resultado dos índices deverá ser recalculado a

partir das demonstrações apresentadas, observada a alternativa de capital mínimo ou patrimônio líquido prevista no item seguinte.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos em conformidade com o disposto no Art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e a regulamentação vigente, especialmente o limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. Caso a empresa licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) ou Solvência Geral (SG), será exigida, para fins de habilitação econômico-financeira, a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, observada a justificativa constante dos autos e os limites estabelecidos no art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.30.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.31. Registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente, quando exigível em razão da atividade de engenharia abrangida pelo objeto, em plena validade, nos termos do art. 67, V, da Lei nº 14.133/2021.

8.32. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.33. Apresentação de profissional legalmente habilitado e registrado no conselho profissional competente, com atribuição compatível com as parcelas de maior relevância da obra e detentor de acervo técnico que comprove experiência em obra ou serviço de características semelhantes às parcelas indicadas neste Termo de Referência.

8.34. Na fase de habilitação, o licitante deverá demonstrar a disponibilidade do profissional indicado por declaração de compromisso, contrato de prestação de serviços, vínculo societário, registro funcional ou outro instrumento juridicamente idôneo. A comprovação definitiva do vínculo necessário à execução será exigida antes da assinatura do contrato, preservada a possibilidade de substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da Administração.

8.35. O (s) profissional (is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.37. Para fins de qualificação técnico-profissional, será exigida a indicação de profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de acervo técnico compatível com as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, observado o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.38. Profissional legalmente habilitado e registrado no conselho profissional competente, com atribuição compatível com as parcelas relevantes da obra, detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento profissional equivalente admitido pelo conselho, que comprove experiência em obra ou serviço de engenharia de características semelhantes às exigidas.

Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, deverá ser apresentado profissional legalmente habilitado, registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico — CAT, quando cabível, que demonstre experiência na execução de obras ou serviços de engenharia de características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, admitida complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Consideram-se parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo, para os fins desta contratação:

a) Execução de pavimentação com blocos intertravados de concreto, em vias, acessos ou áreas de circulação, admitidas soluções de características tecnológicas e operacionais equivalentes ou superiores.

b) Execução de base granular estabilizada ou serviços de características técnicas equivalentes, relacionados à estrutura de pavimentos.

c) Execução de dispositivos de drenagem superficial em concreto, incluindo sarjetas ou estruturas de características técnicas e operacionais equivalentes.

As parcelas indicadas encontram correspondência nos itens 3.4, 3.2 e 2.1 da planilha orçamentária, cujos valores individuais representam, respectivamente, aproximadamente 44,27%, 9,80% e 8,29% do orçamento estimado, atendendo ao critério estabelecido no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de um ou mais documentos de acervo técnico, conforme as normas do conselho profissional competente, desde que demonstrada experiência pertinente às parcelas efetivamente exigidas.

Qualificação técnico-operacional

A capacidade técnico-operacional da licitante será comprovada mediante apresentação de certidão ou atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes, que demonstre execução anterior de serviços similares às parcelas relevantes definidas para esta contratação.

Serão admitidos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, não sendo exigida identidade integral com o objeto licitado, execução no mesmo Município ou reprodução exata das especificações construtivas utilizadas no projeto.

A exigência de experiência anterior limitar-se-á às parcelas tecnicamente pertinentes à execução do objeto, observados os princípios da proporcionalidade, competitividade, razoabilidade e julgamento objetivo.

8.38.1. A qualificação técnico-operacional do licitante será comprovada por certidões ou atestados em nome da própria pessoa jurídica licitante, aptos a demonstrar experiência prévia em obra ou serviço de engenharia com características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto. A CAT do profissional não substitui a experiência operacional da empresa, sem prejuízo dos documentos emitidos pelo conselho profissional quando aplicáveis.

8.38.2. Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados ficará restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

A comprovação de capacidade técnico-operacional deverá demonstrar experiência em execução de pavimentação intertravada, base granular ou dispositivos de drenagem viária, em relação às parcelas tecnicamente relevantes e de valor significativo indicadas neste instrumento, mediante atestados idôneos e compatíveis. Não será exigida quantidade mínima sem previsão expressa e motivação técnica própria; eventual exigência observará o limite legal de até 50% da parcela pertinente.

8.39. Será admitido o somatório de atestados para demonstrar a capacidade técnico-operacional, salvo se eventual necessidade de simultaneidade for especificamente demonstrada e motivada nos autos com base na complexidade da parcela exigida. Não se presume simultaneidade apenas por conveniência do modelo editalício.

8.39.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, desde que seja possível verificar o vínculo jurídico entre a unidade indicada no documento e a pessoa jurídica participante do certame.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O orçamento estimado da contratação é de R$ 1.053.211,30 (um milhão, cinquenta e três mil, duzentos e onze reais e trinta centavos), conforme planilha orçamentária da obra da estrada rural de Serra Maria Horácia, datada de 13 de abril de 2026, com composições de serviços, custos unitários e BDI indicados na documentação técnica. O valor serve como referência para o julgamento das propostas e controle de preços unitários relevantes, observada a aprovação formal da planilha de referência pela unidade competente.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. 10.1. A contratação integra a programação da melhoria da infraestrutura viária rural e relaciona-se ao Convênio de Saída nº 1231002840/2026 — SEAPA. A indicação da dotação, fonte de recursos e

disponibilidade financeira observará os registros da unidade orçamentária competente e os instrumentos de repasse e de execução da despesa.

10.2. 10.2. A celebração contratual pressupõe disponibilidade orçamentária e financeira e compatibilidade com as condições do convênio. Se a proposta vencedora superar os recursos vinculados efetivamente disponíveis, eventual complementação municipal dependerá de disponibilidade e dos atos administrativos competentes; se o preço vencedor couber nesses recursos, não decorrerá complementação financeira da diferença entre referências.

Mutum-MG, 04 novembro de 2026.

_____

Rodrigo Monteiro de Oliveira
Secretaria Municipal de Obras

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRA DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE Mutum-MG

(Processo Administrativo n°.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A _____, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E ..... A _____, com sede na ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ..... (cargo e nome), doravante denominada CONTRATANTE, e a ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada em ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por ..... (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº ...../2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces na estrada rural de acesso à localidade Serra Maria Horácia, Município de Mutum/MG, no âmbito do Convênio de Saída nº 1231002840/2026 — SEAPA, compreendendo regularização do subleito, base granular, drenagem pluvial, pavimentação, meios-fios, sinalização e serviços complementares, conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, planilhas, memórias de cálculo e cronograma físico-financeiro.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência e o Projeto Básico/Projeto de Engenharia;

1.5. O Edital da Licitação;

1.6. A Proposta do contratado;

1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.8. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, nos termos dos arts. 6º, XXVIII, e 46, I, da Lei nº 14.133/2021. O julgamento da licitação será pelo menor preço global, e as medições e os pagamentos serão realizados pelas quantidades efetivamente executadas e atestadas, multiplicadas pelos preços unitários contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.1. O prazo previsto para execução do objeto é de 3 (três) meses, contado do recebimento da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro de 29 de junho de 2026, sem prejuízo das alterações justificadas e formalizadas segundo a Lei nº 14.133/2021.

2.2. A vigência contratual será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato, sem prejuízo de a eficácia do instrumento depender de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Por se tratar de contrato por escopo predefinido, se o objeto não for concluído no período firmado, a vigência será automaticamente prorrogada até a conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa da Contratada, esta será constituída em mora e ficará sujeita às sanções administrativas cabíveis, podendo a Administração optar pela extinção do contrato e adotar as medidas legalmente admitidas para a continuidade da execução, conforme art. 111, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
2.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, com registro da ocorrência por apostila, nos termos do art. 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Alterações de prazo ou de cronograma que não decorram das hipóteses automáticas previstas em lei deverão ser motivadas, instruídas com a demonstração de seus pressupostos e formalizadas pelo instrumento juridicamente cabível.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual é o de empreitada por preço unitário. A gestão, a fiscalização, as condições de execução, as medições ordinárias mensais, os prazos de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto observarão o Termo de Referência, o Projeto Básico, o cronograma físico-financeiro aprovado e as demais cláusulas deste Contrato.

3.1.1. Na hipótese de a Contratada ser constituída sob a forma de consórcio, as empresas integrantes responderão solidariamente perante o Contratante por todos os atos praticados pelo consórcio na execução deste Contrato e pelas obrigações assumidas perante a Administração, observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório

GESTÃO E ACOMPANHAMENTO PREVENTIVO DOS RISCOS DA EXECUÇÃO:

3.2. A Análise e Matriz de Riscos do Anexo VII possui natureza exclusivamente gerencial e preventiva, destinada à identificação, acompanhamento e resposta aos riscos operacionais da execução. Distintamente, a Matriz Contratual de Alocação de Riscos dos itens 3.3 a 3.10 desta cláusula integra o contrato, define a distribuição dos ônus de eventos supervenientes e orienta a preservação da equação econômico-financeira inicial, nos termos dos arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021. A aplicação de ambos os instrumentos observará os fatos e provas do caso concreto, vedada a transferência de riscos por presunção ou duplicidade.

MATRIZ CONTRATUAL DE ALOCAÇÃO DE RISCOS (ARTS. 22 E 103 DA LEI Nº 14.133/2021)

3.3. A Matriz Contratual de Alocação de Riscos a seguir integra a minuta e disciplina a assunção dos efeitos econômicos de eventos identificados, considerada a empreitada por preço unitário. Cada ocorrência será classificada conforme seu fato gerador efetivo, atribuição estabelecida, nexo causal e repercussão demonstrada, vedado rateio por presunção ou transferência de riscos não assumidos. A previsão do evento não constitui autorização de despesa, reajuste ou aditivo.

Código	Evento superveniente / risco	Alocação	Efeito e tratamento contratual
C01	Mobilização, produtividade, pessoal, equipamentos e logística ordinária	CONTRATADA	Controle prévio de equipe, equipamentos e suprimentos; recomposição do ritmo por conta própria. Atrasos e custos de mobilização ou produtividade por ineficiência da contratada não geram reequilíbrio.
C02	Qualidade de materiais, compactação, assentamento, execução de drenagem e vícios imputáveis ao método executivo	CONTRATADA	Inspeção de materiais, ensaios exigíveis, controle da compactação, execução e recebimento por etapa. Refazimento, glosa e danos imputáveis à execução a cargo da contratada, assegurado registro e contraditório.
C03	Segurança do trabalho, sinalização do canteiro, danos causados pela operação da contratada	CONTRATADA	Plano de segurança, proteção e sinalização das frentes, registros de inspeção e treinamento. Danos decorrentes de conduta da contratada serão apurados e reparados, preservada a responsabilização legal de terceiros.
C04	Variação ordinária de custos de insumos, frete e mão de obra previsível na proposta	CONTRATADA	Planejamento de compras e logística; oscilação normal de mercado integra o preço ofertado, sem afastar reajustamento anual ou revisão por fato extraordinário comprovado.
C05	Liberação tardia de área, impedimento administrativo de acesso ou ordem de paralisação imputável ao Contratante	CONTRATANTE	Gatilho: atraso de liberação de área ou ordem administrativa imputável ao contratante que impeça frente prevista no cronograma. Registrar ordem, impedimento e período; reprogramar o prazo e examinar custos diretos comprovados, sem indenizar atraso simultâneo imputável à contratada.
C06	Erro, insuficiência ou incompatibilidade relevante de projeto ou quantitativo de referência fornecido pelo Contratante, não razoavelmente identificável na licitação	CONTRATANTE	Gatilho: incompatibilidade ou erro relevante em projeto fornecido pela Administração, não razoavelmente detectável na licitação. Exigir parecer técnico, correção formal do projeto, confronto de planilhas e cronograma; avaliar quantidades, prazo e eventual recomposição, excluída falha de execução.
C07	Alteração unilateral de projeto, escopo ou especificação determinada pelo Contratante	CONTRATANTE	Exigir ordem escrita e aprovação da alteração de escopo ou projeto; examinar previamente quantitativos, preço e prazo, formalizando alteração contratual e recomposição legalmente cabível.

Código	Evento superveniente / risco	Alocação	Efeito e tratamento contratual
C08	Atraso injustificado de medição atestada, liquidação regular ou pagamento devido imputável ao Contratante	CONTRATANTE	Gatilho: obrigação de pagar já regularmente constituída, cujo vencimento não tenha sido observado por motivo imputável ao contratante. Conferir medição, ateste e processo de liquidação; aplicar atualização e consequências previstas no contrato e na lei.
C09	Chuvas ordinárias e sazonalidade previsível na região e no período programado	CONTRATADA	Planejar atividades conforme histórico climático sazonal, proteger materiais e frentes; registrar interrupções em diário. Chuva ordinária previsível não enseja compensação automática, sem prejuízo de ordem formal de suspensão.
C10	Evento climático excepcional, imprevisível ou de efeitos incalculáveis, com impacto demonstrado sobre a execução	CONTRATANTE PARA CONSEQUÊNCIAS EXTRAORDINÁRIAS NÃO ASSUMIDAS; CONTRATADA PARA DEVERES ORDINÁRIOS	Gatilho: evento meteorológico excepcional demonstrado por dados oficiais, acima da sazonalidade ordinária considerada, que impeça atividade do caminho crítico. Contratada protege frentes e documenta; contratante avalia suspensão/prorrogação e custos extraordinários inevitáveis comprovados, sem remuneração de improdutividade, danos evitáveis ou duplicidade.
C11	Condição física oculta relevante do solo ou interferência subterrânea não indicada e não razoavelmente detectável antes da contratação	CONTRATANTE SE IMPREVISIBILIDADE COMPROVADA	Gatilho: condição física oculta relevante, não indicada nos projetos nem razoavelmente identificável antes da proposta. Registrar sondagens/parecer, suspensão da frente afetada e solução técnica; examinar alteração e custos efetivos, excluída negligência de vistoria ou execução.
C12	Divergência entre quantitativos previstos e efetivamente executados, no regime de preço unitário	CONTRATADA NA EXECUÇÃO E MEDIÇÃO; CONTRATANTE NAS ALTERAÇÕES DO ESCOPO QUE DETERMINAR	Quantidades efetivamente executadas serão medidas a preços unitários contratados, sem pagamento por serviços não realizados. Erro de medição ou desperdício da contratada é seu ônus; alteração de projeto ou quantitativo autorizada pela Administração será formalizada, com exame de reflexos econômicos e limites legais.
C13	Atraso de licença ou autorização de competência da Administração ou de órgão externo, sem causa da contratada	CONTRATANTE NAS AUTORIZAÇÕES SOB SUA COMPETÊNCIA; CONTRATADA NAS QUE LHE INCUMBEM	Identificar previamente o responsável por cada licença/autorização no projeto e no contrato. Se atraso comprovado da autorização a cargo do contratante impedir atividade do cronograma, avaliar prazo e custos inevitáveis; se decorrer de documentação ou atuação da contratada, esta assume seus efeitos.

Código	Evento superveniente / risco	Alocação	Efeito e tratamento contratual
C14	Alteração superveniente da legislação tributária incidente diretamente sobre o contrato	CONTRATANTE PARA RECOMPOSIÇÃO LEGALMENTE DEVIDA; CONTRATADA PARA CUMPRIMENTO TRIBUTÁRIO ORDINÁRIO	Gatilho: lei superveniente que aumente ou reduza tributo diretamente pago pela contratada em decorrência do contrato, com repercussão comprovada. Processar revisão nos termos dos arts. 103, §5º, II, e 134; erros de enquadramento ou inadimplemento próprios não se transferem.
C15	Fato de terceiro ou força maior sem responsabilidade demonstrada de uma das partes	CONTRATANTE PARA EFEITOS EXTRAORDINÁRIOS NÃO ASSUMIDOS; CONTRATADA PARA PREVENÇÃO E DANOS IMPUTÁVEIS	Gatilho: fato de terceiro ou força maior comprovadamente inevitável, com impacto direto no caminho crítico ou nos custos. Cada parte documenta e mitiga; analisar suspensão, prorrogação, resolução ou recomposição conforme lei, excluindo os efeitos decorrentes de ação/omissão própria e riscos expressamente assumidos.

3.4. A matriz contratual define a equação econômico-financeira inicial em relação aos eventos identificados. O risco suportado pela parte responsável não gera, por si, direito a revisão; preservam-se as exceções dos arts. 103, §5º, 124, 134 e demais disposições da Lei nº 14.133/2021, inclusive alterações unilaterais e alterações tributárias supervenientes legalmente relevantes.

3.5. A parte que identificar evento potencialmente impactante comunicará por escrito à fiscalização e à gestão tão logo tome conhecimento, adotando providências imediatas de contenção. A instrução conterá, conforme a natureza do evento, Diário de Obra, fotografias datadas, laudo ou parecer técnico, dados meteorológicos oficiais, cronograma vigente e comparativo, medições, memória de cálculo dos custos adicionais efetivos, identificação da obrigação afetada e nexo causal. A fiscalização registrará o evento e examinará sua caracterização antes de qualquer reconhecimento de efeito econômico ou de prazo.

3.6. A Contratada adotará planejamento de suprimentos, proteção de frentes de serviço, manutenção de equipamentos, procedimentos de segurança, controle de qualidade e alternativas operacionais tecnicamente admissíveis. O Contratante acompanhará as liberações de sua competência, disponibilizará os projetos e decisões exigíveis, manterá as rotinas de fiscalização e promoverá a tramitação das medições e pagamentos regulares. Cada parte deverá mitigar os efeitos de eventos sob sua esfera de controle. As medidas específicas do Anexo VII serão usadas para monitoramento, sem modificar a alocação econômica definida nesta cláusula.

3.7. Os ajustes de prazo, quantidades e valores decorrentes de evento alocado ao Contratante ou excepcionalmente compartilhado serão motivados e formalizados pelo instrumento cabível, à luz dos arts. 111, 115, 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021. A alocação de risco não dispensa autorização, comprovação de disponibilidade orçamentária quando exigível nem prévia análise de legalidade.

3.8. A superveniência de evento que torne excessivamente onerosa ou inviabilize a continuidade da execução será submetida à avaliação técnica, jurídica e administrativa, inclusive quanto à possibilidade de extinção contratual, conforme arts. 22, §2º, II, 103 e 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, de qualquer parcela do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor inicial do contrato é de R$ ..... (.....), correspondente ao valor global da proposta vencedora e resultante do somatório dos quantitativos contratuais multiplicados pelos preços unitários adjudicados. O pagamento efetivo observará as quantidades executadas e aprovadas pela fiscalização, sem prejuízo das alterações legalmente formalizadas.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. As medições ordinárias serão mensais, observado o cronograma físico-financeiro aprovado, e terão por objeto apenas as quantidades efetivamente executadas, tecnicamente conformes e comprovadas em cada período, multiplicadas pelos preços unitários contratados. A Contratada apresentará planilha de medição por serviço, memória de cálculo, registros do Diário de Obra, documentação fotográfica e ensaios pertinentes; a fiscalização conferirá os quantitativos, registrará glosas e emitirá o ateste. O pagamento ocorrerá após a regular liquidação da despesa, nos prazos previstos no Termo de Referência, observada a ordem cronológica e a legislação aplicável. O ateste de medição intermediária não equivale a recebimento definitivo.

6.2. No caso de atraso imputável ao Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo para pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pro rata die.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de um ano contado da data-base do orçamento estimado, observada a planilha técnica da obra e a legislação aplicável.

7.2. Transcorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data-base do orçamento estimado aprovado, os preços das parcelas de obra ainda não executadas, quando contratualmente reajustáveis, serão reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), ou por índice que legalmente o substitua, considerada a variação entre a data-base do orçamento estimado e o aniversário anual correspondente. A data-base constará da planilha orçamentária de referência aprovada, que integra o Projeto Básico. O índice adotado e a mesma data-base aplicar-se-ão de forma uniforme ao Edital, ao Termo de Referência e a este Contrato, sem prejuízo do exame de reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses legais.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução da obra, fixando prazo para correção e verificando a adequação das providências adotadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12. Salvo disposição legal ou contratual específica, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado cumprirá as obrigações deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência, do Projeto Básico e de seus anexos, respondendo pelos métodos executivos, produtividade, mobilização de seus meios, fornecimento ordinário de insumos, qualidade dos serviços, segurança e vícios que lhe sejam imputáveis. Assumirá os eventos expressamente alocados à Contratada na Matriz Contratual de Alocação de Riscos (cláusula terceira), sem prejuízo das exceções legais e dos eventos de responsabilidade do Contratante ou compartilhados. O Anexo VII terá uso gerencial e preventivo, sem modificar por si a distribuição contratual.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Código Civil e das demais normas de direito privado aplicáveis supletivamente, sem prejuízo de eventual incidência de legislação especial quando efetivamente cabível. A fiscalização ou o acompanhamento pela Administração não reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos que lhe sejam imputáveis.

9.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema eletrônico, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.11. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.12. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.13. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

9.14. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.15. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes acesso ao local dos trabalhos e aos documentos da execução, inclusive registros necessários à rastreabilidade físico-financeira, medição, pagamento, fiscalização e prestação de contas.

9.19. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.26. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.28. Suportar os riscos expressamente atribuídos à Contratada na Matriz Contratual de Alocação de Riscos, incluídos os riscos ordinários de sua proposta, de logística e dos métodos executivos sob seu controle; não lhe serão automaticamente imputados falhas relevantes de projeto fornecido pelo Contratante, alterações unilaterais, indisponibilidade de áreas de responsabilidade da Administração nem condições ocultas imprevisíveis, sujeitas às regras da própria matriz e da Lei nº 14.133/2021.

9.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.30. Cumprir o cronograma físico-financeiro, os horários de funcionamento e as restrições de execução estabelecidos para a obra, inclusive aqueles determinados pela Administração quando necessários à segurança, à continuidade da execução, à preservação do interesse público ou ao atendimento da legislação aplicável, sem prejuízo da autonomia da Contratada na gestão de seus empregados .

9.31. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.32. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.33. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.34. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.38. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.39. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.40. Obter e manter as licenças, autorizações e documentos cuja responsabilidade legal ou contratual lhe seja atribuída, cooperando com a Administração na instrução dos atos de competência municipal. Permanecem a cargo do Contratante as autorizações e atos administrativos que, por lei ou pela Matriz de Riscos, estejam sob sua governabilidade.

9.41. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.42. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços, materiais ou elementos executados em desacordo com as especificações e responder, após o recebimento definitivo, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, pela solidez, segurança e funcionalidade da obra, nos termos do art. 140, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.43. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos aplicáveis à gestão dos resíduos da construção civil, especialmente a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, sem prejuízo das normas estaduais, municipais e técnicas pertinentes.

9.44. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá observar o plano ou projeto de gerenciamento de resíduos exigível ao empreendimento, quando aplicável, bem como as determinações do órgão ambiental competente e as regras de transporte e destinação vigentes.

9.45. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.46. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.47. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.48. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.51. Para fins de fiscalização da destinação dos resíduos da construção civil, a Contratada deverá manter e apresentar, quando exigível, os comprovantes de transporte, recebimento e destinação ambientalmente adequada, de modo a permitir a rastreabilidade dos materiais removidos do canteiro.

9.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.53. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.54. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma **NBR-10.151** - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.55. Sempre que tecnicamente previsto no Projeto Básico e compatível com os requisitos de desempenho, segurança e durabilidade, poderão ser utilizados materiais reciclados ou de menor impacto ambiental, desde que sua adoção seja economicamente adequada e esteja contemplada nos preços contratados ou formalmente autorizada.

9.56. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.57. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O Contratado prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato. Quando escolhida caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, a comprovação será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado da assinatura, prorrogável por igual período mediante decisão motivada do Contratante. Se a modalidade escolhida for seguro-garantia, o Edital assegurará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, caso a proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional correspondente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta vencedora, sem prejuízo da garantia de execução prevista no item 11.1 e das demais garantias exigíveis, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e conter expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil. Na modalidade de título de capitalização, o título deverá ser custeado por pagamento único e prever resgate pelo valor total, nos termos do art. 96, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para pagamento de obrigação garantida, o Contratado deverá recompor o montante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado da notificação, salvo prazo diverso expressamente fixado pela autoridade competente em razão das circunstâncias do caso.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

11.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do item anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do item anterior, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" quando a gravidade justificar penalidade mais severa, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Multa:

12.7. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

12.8. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.8.1. Sem prejuízo da multa moratória, poderá ser aplicada multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou, em caso de inexecução total, sobre o valor inicial atualizado do contrato, conforme a extensão do inadimplemento e a dosimetria prevista no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
12.8.2. Nas condutas de apresentação de documentação falsa, fraude na execução, comportamento inidôneo, fraude de qualquer natureza ou ato lesivo da Lei nº 12.846/2013, a multa poderá atingir 30% (trinta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observados o devido processo, a proporcionalidade e o limite legal.

12.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.16. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.18. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.20. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.21. Eventual compensação de débitos da Contratada com créditos decorrentes deste ou de outros contratos com o Contratante somente poderá ocorrer quando houver fundamento legal e regulamentar aplicável, após apuração regular, liquidez do débito e observância do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.11. Indenizações e multas.

13.12. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021, a ocorrência, durante a execução contratual, de situação que configure impedimento legal à contratação ou hipótese legal de extinção do contrato será apurada em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com adoção das medidas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante de acordo com a Lei nº 14.133/2021, com as normas municipais e demais normas públicas aplicáveis e, supletivamente, com os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2. Por se tratar de obra, o Contratante divulgará em seu sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura deste Contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais contratados e, em

até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do Contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, nos termos do art. 94, § 3º, da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca em Mutum-MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1- 2-

ANEXO VII

ANÁLISE E MAPA DE RISCOS

Município de Mutum/MG — Secretaria Municipal de Obras

Fase pós-contratação: mobilização, execução, fiscalização, medições, recebimento e garantia; instrumento gerencial e preventivo.

Lei nº 14.133/2021, especialmente arts. 18, X, 92, 115, 117, 119, 140 e 169; edital e minuta contratual da Concorrência nº 013/2026.

Este instrumento reúne a análise dos riscos da contratação, o mapa de tratamento e a matriz de avaliação por probabilidade e impacto. A fundamentação e o alcance da análise no presente processo estão definidos a seguir.

A análise concentra-se nos eventos que possam comprometer a entrega da pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces na estrada rural de acesso à Serra Maria Horácia, após a formalização do contrato. O acompanhamento começa com a liberação das frentes de serviço e mobilização e prossegue até o recebimento e a responsabilização por vícios, com identificação de sinais de alerta, medidas de prevenção e respostas proporcionais.

A execução foi descrita no edital pelo regime de empreitada por preço unitário e julgamento pelo menor preço global, envolvendo regularização do subleito, base granular, drenagem, meios-fios, blocos intertravados e sinalização. Os critérios técnicos e quantitativos devem observar o projeto de engenharia, memoriais, planilhas, memórias de cálculo, cronograma físico-financeiro e Termo de Referência aprovados.

A via rural, a dependência entre subleito, base, drenagem e camada de rolamento, a exposição a chuvas e a necessidade de controle tecnológico tornam relevantes riscos de qualidade e de reexecução. O gerenciamento também alcança segurança de usuários, prazos de três meses previstos nos documentos contratuais, medições mensais e integridade dos registros que sustentam pagamentos.

SEÇÃO 1 IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Campo	Informação
Órgão / Entidade	Prefeitura Municipal de Mutum/MG
Unidade requisitante	Secretaria Municipal de Obras (conforme identificação do edital)
Objeto analisado	Execução de obra de pavimentação com blocos intertravados de concreto de 16 faces na estrada rural de acesso à Serra Maria Horácia, com subleito, base granular, drenagem, meios-fios, sinalização e serviços complementares.
Solução e documento de planejamento aplicável	Empreitada por preço unitário; Projeto Básico/Projeto de Engenharia, memorial, Termo de Referência, planilha e cronograma físico-financeiro referidos na Concorrência nº 013/2026.
Quantitativos	Trecho de 680 m; pavimentação estimada de 4.080 m^2; regularização de subleito de 5.440 m^2; base granular de 1.088 m^3; sarjetas de 1.360 m e meio-fio de 1.690 m, conforme item 5.4 do TR; prevalecem os quantitativos individualizados da planilha aprovada.
Referência econômica	Orçamento estimado no edital: R$ 1.053.211,30
Planejamento anual	Planejamento institucional e instrumentos de execução a observar conforme os autos do Processo Administrativo nº 103/2026.
Fase do processo	Controles a aplicar após a contratação, durante execução, recebimento e garantia.
Número do processo	Processo Administrativo nº 103/2026 — Concorrência Eletrônica nº 013/2026
Equipe responsável pela elaboração e revisão	Unidade técnica requisitante e gestão/fiscalização contratual, conforme designações formais do processo.
Documentos e versões utilizados	Edital revisado da Concorrência Eletrônica nº 013/2026 e respectivos TR e minuta de contrato; documentos técnicos e ETP referenciados no edital devem ser considerados em sua versão aprovada.

Campo	Informação
Regulamentação aplicável	Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal incidente, observadas as competências do ente.
Referência da matriz no edital e no contrato	Anexo VII — instrumento preventivo de gestão; não constitui, por si só, matriz contratual de alocação de riscos.

SEÇÃO 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A intervenção viária destina-se à pavimentação da estrada rural de acesso à localidade Serra Maria Horácia, em Mutum/MG. Sua execução exige a sequência técnica de regularização do subleito, execução da base e da drenagem, assentamento de blocos e acabamento, de modo que falhas nas etapas preparatórias podem produzir patologias após a liberação do tráfego.

O contrato prevê prazo executivo de três meses contado da ordem de serviço e vigência distinta. A empreitada por preço unitário demanda que cada medição mensal reflita o serviço efetivamente executado, documentado e aprovado; o cronograma é instrumento de programação e acompanhamento e não substitui a aferição física das quantidades.

O edital referencia o Convênio de Saída nº 1231002840/2026 — SEAPA e orçamento estimado de R$ 1.053.211,30. A realização de pagamentos deverá respeitar a execução comprovada, a liquidação e os controles orçamentário-financeiros próprios, sem presumir disponibilidade, repasse ou complementação financeira não demonstrados.

SEÇÃO 3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Classificam-se eventos possíveis da obra, considerando a exposição da via a chuvas, o controle tecnológico de camadas e blocos, interfaces de drenagem, segurança do tráfego e confiabilidade das medições. As pontuações são apreciações prospectivas de gestão, sujeitas à revisão com evidências da execução.

Probabilidade	Critério
Baixa — P = 1	Ocorrência excepcional nas condições usuais de execução, sem indícios atuais de materialização.
Média — P = 2	Ocorrência plausível diante de interfaces de obra rural, cadeia de suprimentos ou necessidade de fiscalização.
Alta — P = 3	Ocorrência provável diante de indícios concretos, reincidência, ausência de controle ou desvio já registrado.

Impacto	Critério
Baixo — I = 1	Desvio pontual corrigível sem prejuízo material relevante à obra.
Médio — I = 2	Retrabalho ou atraso localizado com impacto controlável sobre a medição ou o cronograma.
Alto — I = 4	Atraso relevante, falha de conformidade estrutural, glosa significativa ou prejuízo a terceiros.
Crítico — I = 8	Acidente grave, perda substancial de funcionalidade, comprometimento estrutural ou paralisação prolongada.

Pontuação = P × I. Probabilidade: Baixa = 1, Média = 2 e Alta = 3. Impacto: Baixo = 1, Médio = 2, Alto = 4 e Crítico = 8. Os pesos de impacto são graduados para preservar todas as combinações qualitativas da matriz. Esta é uma convenção metodológica deste instrumento, sem equivalência a probabilidade estatística ou a escala legal obrigatória. A mesma régua aplica-se ao risco inicial e ao residual; medida apenas prevista não justifica redução da pontuação.
A avaliação distingue o risco residual atual, resultante de controles implementados e verificados, da projeção residual condicionada a medidas futuras. Providências apenas previstas não reduzem a pontuação atual. A aceitação do risco não

afasta obrigações legais. Eventos de consequências consideradas intoleráveis ficam sujeitos a decisão específica, independentemente da pontuação.
Eventos com ameaça imediata à vida, estabilidade da via ou segurança do tráfego exigem paralisação da atividade insegura, isolamento, comunicação à gestão e resposta técnica, independentemente da pontuação.

Probabilidade \ Impacto	Crítico (I = 8)	Alto (I = 4)	Médio (I = 2)	Baixo (I = 1)
Alta (P = 3)	**24 — CRÍTICO**	**12 — CRÍTICO**	**6 — ALTO**	**3 — MÉDIO**
Média (P = 2)	**16 — CRÍTICO**	**8 — ALTO**	**4 — MÉDIO**	**2 — BAIXO**
Baixa (P = 1)	**8 — ALTO**	**4 — MÉDIO**	**2 — BAIXO**	**1 — BAIXO**

Pontuação	Nível	Cor	Tratamento
1 a 2	BAIXO	Verde	Acompanhamento de rotina.
3 a 4	MÉDIO	Amarelo	Tratamento e monitoramento regular.
5 a 8	ALTO	Laranja	Providência específica no marco definido.
9 a 24	CRÍTICO	Vermelho	Tratamento prioritário; avanço da etapa dependente condicionado à comprovação dos controles.

SEÇÃO 4 MAPA DE RISCOS E TRATAMENTO

A pontuação inicial resulta do produto P × I. Sem comprovação de que controles preventivos foram efetivamente implantados, o risco residual atual conserva a pontuação inicial; reduções futuras representam apenas possibilidade condicionada à verificação.
A matriz cobre mobilização, subleito e base, drenagem, pavimentação, segurança e interferências, cronograma, medição, pagamentos, recebimento e garantia. A conclusão de cada etapa depende da conformidade da precedente e da prova técnica necessária para sua aceitação.

Nº	Risco identificado	Prob.	Impacto	Pontos / nível	Momento principal	Responsável
1	Mobilização tardia e início atrasado	Média (P=2)	Alto (I=4)	8 — ALTO	Antes da ordem de serviço e durante a primeira semana	Fiscal técnico e gestor do contrato
2	Subleito ou base granular sem conformidade	Média (P=2)	Crítico (I=8)	16 — CRÍTICO	Durante regularização, base e antes do assentamento	Fiscal técnico
3	Falhas no assentamento dos blocos intertravados	Média (P=2)	Alto (I=4)	8 — ALTO	Durante pavimentação e antes da liberação da via	Fiscal técnico
4	Drenagem insuficiente ou obstruída	Média (P=2)	Crítico (I=8)	16 — CRÍTICO	Antes e durante drenagem; após chuva significativa	Fiscal técnico e contratada
5	Chuvas ou condições locais impeditivas	Média (P=2)	Alto (I=4)	8 — ALTO	Diariamente e após eventos climáticos	Fiscal técnico e gestor
6	Acidente ou dano a usuários da estrada	Média (P=2)	Crítico (I=8)	16 — CRÍTICO	Antes e durante cada frente com tráfego	Contratada e fiscal técnico, com comunicação à gestão.
7	Baixa produtividade e atraso do cronograma	Média (P=2)	Alto (I=4)	8 — ALTO	Semanal e a cada medição mensal	Gestor e fiscal técnico

Nº	Risco identificado	Prob.	Impacto	Pontos / nível	Momento principal	Responsável
8	Medição incorreta ou sem comprovação	Média (P=2)	Alto (I=4)	8 — ALTO	Mensalmente e na medição final	Fiscal técnico e gestor
9	Falhas na liquidação e pagamento	Média (P=2)	Médio (I=2)	4 — MÉDIO	Após cada medição mensal aprovada	Fiscal administrativo, gestor e unidade financeira competent
10	Recebimento prematuro ou vícios pós-entrega	Média (P=2)	Alto (I=4)	8 — ALTO	Recebimento provisório, definitivo e prazo de garantia	Fiscal técnico e autoridade competente para recebimento

4.1 ANÁLISE DETALHADA E TRATAMENTO

Risco 1 — Mobilização tardia e início atrasado

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	4	8	ALTO
Residual	2	4	8	ALTO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Mobilização tardia e início atrasado
Causa / condição favorecedora	Ausência de equipamentos, equipe, sinalização ou liberação tempestiva de frentes de serviço.
Consequência administrativa	Atraso no início dos serviços e compressão das etapas de base, drenagem e pavimentação.
Indicador de acompanhamento	Lista de equipamentos e equipes mobilizados; ordem de serviço e registros da primeira semana.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Alto (I=4)
Nível	ALTO
Prevenção	Conferir plano de mobilização, acessos, sinalização e disponibilidade operacional antes da abertura de frentes.
Mitigação	Notificar desvios e exigir plano de recuperação compatível com o cronograma.
Contingência	Documentar causa, revisar sequenciamento e avaliar medidas contratuais cabíveis.
Responsável funcional	Fiscal técnico e gestor do contrato; contratada executa mobilização.
Momento de controle	Antes da ordem de serviço e durante a primeira semana
Evidência / registro	Lista de equipamentos e equipes mobilizados; ordem de serviço e registros da primeira semana.
Risco residual	Risco atual conservado no nível ALTO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Alto (I=4)
Nível residual	ALTO

Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Antes da ordem de serviço e durante a primeira semana
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Mobilização; implantação do canteiro
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de mobilização; implantação do canteiro previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 2 — Subleito ou base granular sem conformidade

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	8	16	CRÍTICO
Residual	2	8	16	CRÍTICO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Subleito ou base granular sem conformidade
Causa / condição favorecedora	Compactação, espessura, umidade ou material de base incompatíveis com o projeto.
Consequência administrativa	Recalques, deformações dos blocos e diminuição da vida útil da via.
Indicador de acompanhamento	Resultados de ensaios exigíveis, espessuras e fotografias antes do encobrimento.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Crítico (I=8)
Nível	CRÍTICO
Prevenção	Inspecionar subleito e base por camada, exigir ensaios previstos e liberar etapa seguinte somente após conformidade.
Mitigação	Segregar trechos rejeitados, repetir ensaios e determinar reexecução sem pagamento indevido.
Contingência	Suspender assentamento de blocos no trecho comprometido até saneamento.

Responsável funcional	Fiscal técnico; contratada pela execução e controle tecnológico.
Momento de controle	Durante regularização, base e antes do assentamento
Evidência / registro	Resultados de ensaios exigíveis, espessuras e fotografias antes do encobrimento.
Risco residual	Risco atual conservado no nível CRÍTICO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Crítico (I=8)
Nível residual	CRÍTICO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Durante regularização, base e antes do assentamento
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Subleito e base granular
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de subleito e base granular previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 3 — Falhas no assentamento dos blocos intertravados

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	4	8	ALTO
Residual	2	4	8	ALTO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Falhas no assentamento dos blocos intertravados
Causa / condição favorecedora	Colchão de assentamento irregular, travamento insuficiente, juntas inadequadas ou blocos fora de especificação.

Consequência administrativa	Deslocamento, afundamento e perda de regularidade superficial do pavimento.
Indicador de acompanhamento	Inspeções de alinhamento, juntas, compactação e conformidade dos blocos.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Alto (I=4)
Nível	ALTO
Prevenção	Conferir lotes, espessura, paginação, bordas de contenção e compactação final conforme projeto.
Mitigação	Exigir levantamento e recomposição dos trechos não conformes antes do ateste.
Contingência	Restringir tráfego no trecho afetado e ordenar correção técnica.
Responsável funcional	Fiscal técnico; contratada executa e recompõe.
Momento de controle	Durante pavimentação e antes da liberação da via
Evidência / registro	Inspeções de alinhamento, juntas, compactação e conformidade dos blocos.
Risco residual	Risco atual conservado no nível ALTO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Alto (I=4)
Nível residual	ALTO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Durante pavimentação e antes da liberação da via
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Assentamento e acabamento
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de assentamento e acabamento previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 4 — Drenagem insuficiente ou obstruída

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	8	16	CRÍTICO
Residual	2	8	16	CRÍTICO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Drenagem insuficiente ou obstruída
Causa / condição favorecedora	Execução incorreta de sarjetas, caixas, bueiros ou dissipadores; ligação inadequada ao escoamento.
Consequência administrativa	Erosão, saturação da base, danos à via e risco para usuários.
Indicador de acompanhamento	Vistorias de cotas, declividades, saídas e registros de testes previstos.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Crítico (I=8)
Nível	CRÍTICO
Prevenção	Inspecionar implantação da drenagem antes do fechamento das frentes e preservar pontos de saída.
Mitigação	Desobstruir, corrigir declividades e recompor trechos afetados mediante verificação técnica.
Contingência	Isolar área erodida e adotar solução emergencial de escoamento.
Responsável funcional	Fiscal técnico e contratada; gestão para interferências externas.
Momento de controle	Antes e durante drenagem; após chuva significativa
Evidência / registro	Vistorias de cotas, declividades, saídas e registros de testes previstos.
Risco residual	Risco atual conservado no nível CRÍTICO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Crítico (I=8)
Nível residual	CRÍTICO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Antes e durante drenagem; após chuva significativa
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Drenagem pluvial
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de drenagem pluvial previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.

Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 5 — Chuvas ou condições locais impeditivas

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	4	8	ALTO
Residual	2	4	8	ALTO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Chuvas ou condições locais impeditivas
Causa / condição favorecedora	Precipitação intensa e perda temporária de condições de compactação ou acesso rural.
Consequência administrativa	Interrupção de frentes, erosão provisória e risco de retrabalho.
Indicador de acompanhamento	Registro meteorológico quando disponível, diário de obra e fotos datadas.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Alto (I=4)
Nível	ALTO
Prevenção	Sequenciar serviços sensíveis, proteger materiais e executar drenagem provisória tecnicamente pertinente.
Mitigação	Reprogramar frentes justificadamente e recuperar trechos degradados.
Contingência	Interromper atividade insegura, proteger taludes e documentar duração e efeitos.
Responsável funcional	Fiscal técnico e gestor; contratada mantém proteção do canteiro.
Momento de controle	Diariamente e após eventos climáticos
Evidência / registro	Registro meteorológico quando disponível, diário de obra e fotos datadas.
Risco residual	Risco atual conservado no nível ALTO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Alto (I=4)

Nível residual	ALTO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Diariamente e após eventos climáticos
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Execução e cronograma
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de execução e cronograma previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 6 — Acidente ou dano a usuários da estrada

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	8	16	CRÍTICO
Residual	2	8	16	CRÍTICO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Acidente ou dano a usuários da estrada
Causa / condição favorecedora	Sinalização insuficiente, circulação conjunta de máquinas e veículos ou ausência de isolamento.
Consequência administrativa	Lesões, danos a terceiros, interrupção da obra e responsabilidade apurável.
Indicador de acompanhamento	Inspeção diária das placas, cones, desvios e registros de ocorrências.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Crítico (I=8)

Nível	CRÍTICO
Prevenção	Exigir plano operacional de sinalização e segurança, EPI/EPC e controle de acessos.
Mitigação	Corrigir imediatamente sinalização, isolar área e comunicar ocorrências.
Contingência	Paralisar frente insegura, socorrer vítimas e registrar providências.
Responsável funcional	Contratada e fiscal técnico, com comunicação à gestão.
Momento de controle	Antes e durante cada frente com tráfego
Evidência / registro	Inspeção diária das placas, cones, desvios e registros de ocorrências.
Risco residual	Risco atual conservado no nível CRÍTICO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Crítico (I=8)
Nível residual	CRÍTICO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Antes e durante cada frente com tráfego
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Segurança do trabalho e tráfego
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de segurança do trabalho e tráfego previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 7 — Baixa produtividade e atraso do cronograma

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	4	8	ALTO
Residual	2	4	8	ALTO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Baixa produtividade e atraso do cronograma
Causa / condição favorecedora	Frentes inadequadas, logística insuficiente ou falhas de coordenação entre drenagem e pavimentação.
Consequência administrativa	Descumprimento do prazo executivo de três meses e atraso no benefício público.
Indicador de acompanhamento	Produção semanal e confronto entre cronograma físico e medições.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Alto (I=4)
Nível	ALTO
Prevenção	Controlar metas por etapa, interfaces e recursos mobilizados.
Mitigação	Exigir plano de recuperação sem antecipar aceite de prorrogação.
Contingência	Escalonar medidas administrativas e reprogramar formalmente somente quando cabível.
Responsável funcional	Gestor e fiscal técnico; contratada pelo planejamento produtivo.
Momento de controle	Semanal e a cada medição mensal
Evidência / registro	Produção semanal e confronto entre cronograma físico e medições.
Risco residual	Risco atual conservado no nível ALTO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Alto (I=4)
Nível residual	ALTO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Semanal e a cada medição mensal
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Cronograma físico-financeiro
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de cronograma físico-financeiro previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.

Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 8 — Medição incorreta ou sem comprovação

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	4	8	ALTO
Residual	2	4	8	ALTO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Medição incorreta ou sem comprovação
Causa / condição favorecedora	Divergência entre quantidades reais, planilha, memória de cálculo e diário de obra.
Consequência administrativa	Pagamento indevido, glosa, litígio e comprometimento da rastreabilidade.
Indicador de acompanhamento	Conciliação da planilha de medição, memória, fotos, ensaios e vistoria.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Alto (I=4)
Nível	ALTO
Prevenção	Aferir unidades da planilha por serviço efetivo; fiscal conferir quantidades mensalmente.
Mitigação	Glosar parcela não demonstrada e requerer retificação antes do ateste.
Contingência	Suspender ateste do item controvertido e registrar motivação da divergência.
Responsável funcional	Fiscal técnico e gestor; contratada apresenta medição.
Momento de controle	Mensalmente e na medição final
Evidência / registro	Conciliação da planilha de medição, memória, fotos, ensaios e vistoria.
Risco residual	Risco atual conservado no nível ALTO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)

Impacto residual	Alto (I=4)
Nível residual	ALTO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Mensalmente e na medição final
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Medição e pagamento
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de medição e pagamento previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 9 — Falhas na liquidação e pagamento

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	2	4	MÉDIO
Residual	2	2	4	MÉDIO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Falhas na liquidação e pagamento
Causa / condição favorecedora	Documentação fiscal incompleta, ateste insuficiente ou fluxo administrativo sem conferência.
Consequência administrativa	Atraso de pagamento, controvérsia contratual e fragilidade de controle.
Indicador de acompanhamento	Protocolo de nota fiscal, ateste, certidões exigíveis e tramitação.
Probabilidade	Média (P=2)

Impacto	Médio (I=2)
Nível	MÉDIO
Prevenção	Padronizar documentação de cada medição e verificar regular liquidação e disponibilidade cabível.
Mitigação	Solicitar complementação, sanear inconsistências e registrar prazos.
Contingência	Comunicar gestão e unidade financeira para solucionar bloqueio justificado.
Responsável funcional	Fiscal administrativo, gestor e unidade financeira competente.
Momento de controle	Após cada medição mensal aprovada
Evidência / registro	Protocolo de nota fiscal, ateste, certidões exigíveis e tramitação.
Risco residual	Risco atual conservado no nível MÉDIO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Médio (I=2)
Nível residual	MÉDIO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Após cada medição mensal aprovada
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Liquidação e pagamento
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de liquidação e pagamento previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.
Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

Risco 10 — Recebimento prematuro ou vícios pós-entrega

Avaliação	P	I	Pontuação P × I	Nível
Inicial	2	4	8	ALTO
Residual	2	4	8	ALTO
Faixas	1–2 BAIXO	3–4 MÉDIO	5–8 ALTO	9–24 CRÍTICO

Evento de risco	Recebimento prematuro ou vícios pós-entrega
Causa / condição favorecedora	Vistoria final insuficiente ou defeitos construtivos não percebidos em medição intermediária.
Consequência administrativa	Aceitação de obra com patologias, despesas corretivas e redução da funcionalidade.
Indicador de acompanhamento	Termo de vistoria, ensaios, lista de pendências, registro fotográfico e notificações.
Probabilidade	Média (P=2)
Impacto	Alto (I=4)
Nível	ALTO
Prevenção	Exigir verificação global de pavimento, drenagem, sinalização e acabamento antes do recebimento.
Mitigação	Registrar pendências, negar ateste de serviço não conforme e exigir correção.
Contingência	Acionar responsabilidade por vícios e garantias legalmente aplicáveis.
Responsável funcional	Fiscal técnico e autoridade competente para recebimento; contratada repara vícios.
Momento de controle	Recebimento provisório, definitivo e prazo de garantia
Evidência / registro	Termo de vistoria, ensaios, lista de pendências, registro fotográfico e notificações.
Risco residual	Risco atual conservado no nível ALTO enquanto medidas previstas não forem implementadas e verificadas.
Probabilidade residual	Média (P=2)
Impacto residual	Alto (I=4)
Nível residual	ALTO
Decisão sobre o risco residual	Acompanhamento prioritário e reavaliação após controle efetivamente comprovado; sem aceite antecipado.
Prazo / marco do tratamento	Recebimento provisório, definitivo e prazo de garantia
Situação do tratamento	Medida preventiva prevista para execução; implementação não certificada.
Reflexo documental	Diário de obra, relatórios de fiscalização, medições e registros técnicos cabíveis.
Etapa afetada	Recebimento e garantia
Fundamento da avaliação e fonte da evidência	Risco prospectivo derivado das etapas de recebimento e garantia previstas no Termo de Referência e projeto do empreendimento.

Autoridade ou agente competente pela aceitação	Gestor/autoridade competente, no âmbito das atribuições formalmente designadas.
Justificativa e data da decisão residual	Classificação inicial preventiva, sem certificação de controles, datada de 12/11/2026.
Periodicidade de acompanhamento	Por etapa e em cada medição mensal, com revisão imediata diante de evento.
Gatilhos de revisão	Não conformidade, acidente, atraso, glosa, ensaio reprovado ou nova circunstância documentada.
Última avaliação e resultado do controle	Avaliação inicial prospectiva; sem registros da execução contratual.
Providência e item do documento de destino	TR — execução, fiscalização, medição e recebimento; cláusulas contratuais pertinentes.

SEÇÃO 5 TRATAMENTO DOS RISCOS DE MAIOR ATENÇÃO

Terão prioridade os eventos de segurança pessoal, conformidade da base, desempenho da drenagem, integridade do pavimento e medição não comprovada. Os responsáveis deverão registrar o risco, a decisão e a evidência do saneamento antes do avanço da etapa afetada.

Risco de maior atenção	Providência preventiva	Documento / controle
Subleito ou base granular sem conformidade	Inspecionar subleito e base por camada, exigir ensaios previstos e liberar etapa seguinte somente após conformidade.	Diário de obra, fiscalização e ensaios/inspeções aplicáveis.
Acidente ou dano a usuários da estrada	Exigir plano operacional de sinalização e segurança, EPI/EPC e controle de acessos.	Diário de obra, fiscalização e ensaios/inspeções aplicáveis.

SEÇÃO 6 RISCOS RESIDUAIS E MONITORAMENTO

Os riscos residuais atuais são estimados sem presumir controles já implementados. A fiscalização revisará a classificação quando registros de campo, ensaios, não conformidades ou medidas verificadas alterarem a exposição.

Risco residual	Razão da permanência	Rotina de monitoramento	Responsável
Subleito ou base granular sem conformidade	Controles ainda não demonstrados; manter a classificação inicial até a inspeção e evidência.	Acompanhar registros de campo, inspeções, ensaios e medições mensais.	Fiscal técnico e gestor formalmente designados.
Drenagem insuficiente ou obstruída	Controles ainda não demonstrados; manter a classificação inicial até a inspeção e evidência.	Acompanhar registros de campo, inspeções, ensaios e medições mensais.	Fiscal técnico e gestor formalmente designados.
Acidente ou dano a usuários da estrada	Controles ainda não demonstrados; manter a classificação inicial até a inspeção e evidência.	Acompanhar registros de campo, inspeções, ensaios e medições mensais.	Fiscal técnico e gestor formalmente designados.
Medição incorreta ou sem comprovação	Controles ainda não demonstrados; manter a classificação inicial até a inspeção e evidência.	Acompanhar registros de campo, inspeções, ensaios e medições mensais.	Fiscal técnico e gestor formalmente designados.

SEÇÃO 7 DISTINÇÃO ENTRE MATRIZ GERENCIAL E MATRIZ CONTRATUAL DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Este Anexo VII é instrumento de gerenciamento preventivo, para identificação, acompanhamento e resposta operacional. A Matriz Contratual de Alocação de Riscos, de natureza jurídico-econômica, consta exclusivamente da cláusula terceira da minuta contratual (itens 3.3 a 3.10). Os eventos aqui monitorados não alteram, por si, a distribuição contratual de ônus, os direitos legais ao reequilíbrio ou a responsabilização apurada no caso concreto.

A presente Seção não constitui matriz contratual de alocação de riscos. A distribuição de ônus e o tratamento econômico-financeiro dos eventos supervenientes encontram-se disciplinados exclusivamente na cláusula terceira da minuta contratual (itens 3.3 a 3.10), nos termos dos arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021. A natureza preventiva deste Anexo VII permanece inalterada.

Os controles deste Anexo VII orientam a fiscalização e a documentação de ocorrências, sem configurar seguro, reserva de contingência, reconhecimento automático de despesa ou transferência de álea extraordinária.

Em caso de dúvida, a atribuição jurídico-econômica será realizada mediante a identificação do fato gerador, da obrigação contratual afetada e da alocação prevista na cláusula terceira, com instrução técnica e decisão motivada.

SEÇÃO 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução da pavimentação apresenta riscos relevantes nas camadas estruturais, no assentamento dos blocos, na drenagem e no controle de medições. A estratégia preventiva prioriza inspeção antes do encobrimento dos serviços, ensaios exigíveis, registros de obra, segurança de tráfego e conferência quantitativa mensal.

Situações de risco alto ou crítico demandam providência documentada no marco da execução afetado; não se presume redução de gravidade pelo simples planejamento de controles. A fiscalização deverá informar à gestão os eventos que ultrapassem sua competência.

Os controles aqui previstos orientam a execução e interpretação das cláusulas do contrato e do Termo de Referência, sem substituir especificações, ensaios, planilha, cronograma e condições de medição aprovados.
O acompanhamento é tecnicamente possível mediante aplicação dos controles e evidências previstos, cabendo à gestão e fiscalização designadas revisar o risco ao longo da execução. Esta análise não certifica controles já executados, aceite de risco materializado ou disponibilidade financeira.

Mutum/MG, 12 de novembro de 2026.

_____

Responsável técnico pela análise de riscos — conforme designação formal
Secretaria Municipal de Obras — Município de Mutum/MG